



Universidade de Brasília



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO
NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL**

SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS VALADARES

ORIENTADOR(A): Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento

BURITIS-MG/2015



Universidade de Brasília



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS VALADARES

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento.

BURITIS-MG/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS VALADARES

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento (Orientadora)

Prof. Dr. Francisco José Rengifo Herrera (Examinador)

SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS VALADARES (Cursista)

BURITIS-MG/2015

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser a luz que me conduz, prover a força necessária para superar as dificuldades impostas pela profissão e dar ânimo para prosseguir sempre.

A Universidade Aberta do Brasil em parceria com o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília por terem proporcionado a oportunidade de realizar este curso de especialização, configurando no processo de formação continuada do profissional da educação.

À minha filha pelo incentivo que me deu quando mencionei o desejo de voltar a estudar, recordo-me ainda de suas palavras de otimismo e entusiasmo proferidas por ela ao dar-me apoio e incentivo na busca do conhecimento oportunamente ofertado por esta Universidade que fez-me vislumbrar um horizonte superior na conquista pelo mérito e pela ética de poder com a minha formação fazer o melhor pelos meus alunos e por aquilo que eu acredito ser o elemento transformador do ser humano: a educação.

À minha orientadora Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento, pelo suporte, correções, sugestões e incentivos na estruturação deste trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

RESUMO

A inclusão e o atendimento educacional especializado desencadeia um repensar da formação profissional para atuar neste campo do conhecimento. A diversidade do atendimento demanda do professor um conhecimento amplo e ao mesmo tempo específico na oferta do serviço, fato que demanda um apoio e orientação constante. Diante deste contexto, este trabalho teve por objetivo conhecer o atendimento desenvolvido com alunos com necessidades educacionais específicas no contexto de uma Sala de Recurso Multifuncional, bem como conhecer o perfil dos professores e alunos e identificar os recursos disponíveis para o atendimento. Para tanto, desenvolvemos este estudo em uma escola da rede de pública de ensino do município de Arinos-MG. Participaram deste estudo duas professoras atuantes na Sala de Recurso Multifuncional da referida escola. Trata-se de um estudo qualitativo que adotou como técnica de pesquisa a entrevista com roteiro semi-estruturado. Os resultados obtidos mostraram as múltiplas as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nas Salas de Recursos, os principais tipos de demandas atendidas nessas salas, além de enfatizar a importância do professor ter conhecimentos e formação específica para atuar nessa função. Diante destes dados é possível concluir que é importante que o professor tenha formação específica para identificar situações problemas na aprendizagem dos alunos a fim de que as práticas metodológicas sejam transformadoras para que haja o acesso ao conhecimento, além disso, é necessário investimentos tanto na infraestrutura e recursos materiais que auxiliam no atendimento desses alunos.

Palavras-chave: Sala de Recurso Multifuncional; Formação do docente; Educação Especial.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL	8
2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	11
2.3 – ENSINO ESPECIAL E CONTEÚDOS EDUCACIONAIS ESPECÍFICOS	14
3 OBJETIVOS	16
3.1 OBJETIVO GERAL:	16
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	16
4 METODOLOGIA	16
4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA	16
4.2 CONTEXTO DA PESQUISA	17
4.3 PARTICIPANTES	18
4.4 MATERIAIS	19
4.5- INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	19
4.6- PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	20
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
APÊNDICES	34
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	34
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA	37
APÊNDICE C- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ESCOLA	38
ANEXOS	39
ANEXO 1- CARTA DE APRESENTAÇÃO	39
ANEXO 2- TCLE	40

1 APRESENTAÇÃO

O processo educacional está fundamentado em legislações e marcos referenciais que o destaca como direito de todos e dever do estado garantir e suprir a demanda pela escolarização. Documentos resguardam esse direito no âmbito nacional e internacional como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração da Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN (1996), além de decretos e leis específicas como a lei de LIBRAS e da acessibilidade.

Assim sendo, parte-se então do pressuposto de que todos independentemente de sua condição sensorial, física, intelectual, econômica, social, étnica ou qualquer outro fator têm direito à educação e, conseqüentemente, todos podem aprender. Neste contexto, devemos pensar na reformulação das práticas assumidas no cotidiano escolar, especificamente, na tarefa de ensinar a todos de forma inclusiva e não segregadora. Acreditamos que o ato de ensinar desencadeia a reflexão de como viabilizar o acesso e permanência com qualidade dos alunos com deficiência na escola regular. Parte-se da premissa que todos os alunos podem ser alcançados desde que sejam utilizados métodos, técnicas e recursos acessíveis.

Seguindo este raciocínio é importante ressaltar que atualmente o contexto social, político e educacional está marcado pela diversidade. A consciência da diversidade demanda por serviços que enfatizam o aprender a conviver e a respeitar as diferenças e transformar as práticas escolares diante dos desafios que ela nos traz dia após dia.

No caso da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares faz-se necessário considerar que este é um processo amplo e implica a necessidade de oferecer direções e sugestões psicopedagógicas aos alunos no sentido de garantir o acesso, a permanência dos mesmos no ambiente escolar. Para tanto, foi instituído o atendimento educacional especializado em sala de recursos específica ou generalista. Resta saber como este atendimento está acontecendo? Quem são os profissionais que estão atuando nas salas de recursos? Eles têm formação específica ou generalista? Eles se sentem

contemplados com a sua formação? A sala de recurso possui os materiais necessários ao atendimento educacional especializado? As questões são várias, diante de tantas, é nosso interesse enquanto professora de sala de recurso que teve que buscar complementação na formação para que pudesse atender as necessidades dos alunos, conhecer como está o trabalho atualmente de uma sala de recursos no interior do estado de Minas Gerais.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho consistiu em conhecer o atendimento desenvolvido com alunos com deficiência no contexto da sala de recurso multifuncional. Tendo em vista este objetivo organizamos o presente trabalho em duas partes. A primeira refere-se à fundamentação teórica a qual está dividida em três itens, o primeiro abordou a educação especial e o papel da sala de recurso multifuncional, espaço em que discutimos a necessidade e a especificidade do atendimento. Na sequência desenvolvemos o item voltado para a educação especial e o processo de formação de professores, pontuamos sua importância para o exercício da profissão. Por fim, desenvolvemos um item no qual apresentamos e discutimos o papel do currículo complementar e sua relação com os conteúdos educacionais específicos.

A segunda parte deste estudo relaciona-se a descrição da metodologia utilizada no trabalho de campo, neste sentido apresentamos nossa opção metodológica, descrevemos o contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida, os participantes, os materiais utilizados e os instrumentos elaborados para o processo de obtenção dos dados. São apresentados também os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Finalmente, o último item apresentamos os resultados e realizamos a discussão teórica dos mesmos tentando articular a relação teoria e prática na compreensão do fenômeno estudado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

A implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão desencadeou a necessidade de planejar estratégias a fim de solucionar os problemas enfrentados na educação de alunos com deficiência nas escolas do ensino regular. Uma das propostas prevê o atendimento e o apoio direcionado e específico a estes alunos. Várias discussões a respeito da inclusão e exclusão surgiram e em virtude disto documentos e declarações foram criados com o objetivo de garantir a inserção social de pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas e uma dessas propostas foi a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (LACERDA; POLETTI, 2004; BARRETO; GOULART, 2008). Assim, por meio do Decreto 6094/2007 foi instituída o atendimento educacional especializado na modalidade de sala de recurso específica e sala de recurso multifuncional.

Desta forma, a Sala de Recurso Multifuncional é um ambiente de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou seja, de apoio didático e pedagógico utilizado na viabilização dos processos de ensino. Cabe ao profissional desta sala em parceria com o professor regente contribuir com o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência ou com demandas específicas no acesso aos conteúdos historicamente elaborados pela humanidade. A meta da parceria e do apoio da sala de recursos consiste em viabilizar melhores resultados do aluno em seu processo de aprendizagem e de inserção no cotidiano escolar, conforme evidencia os estudos de Silva e Aguiar (2013)

Espera-se que estas salas sejam planejadas e bem organizadas para o atendimento de diversos alunos com necessidades distintas de acesso a informação. As salas multifuncionais podem atender estudantes com deficiência intelectual, deficiência física, Paralisia Cerebral (PC), Transtorno Geral do Desenvolvimento (TGD), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Autismo, deficiência mental, deficiência múltipla. Enquanto as salas de recursos específicas atendem os deficientes sensoriais: surdos, surdocegos e deficientes

visuais. O espaço precisa ser projetado para atender as demandas dos estudantes, pois o atendimento muitas vezes é realizado individualmente ou em pequenos grupos para o melhor desenvolvimento das potencialidades dos alunos, conforme evidencia o trabalho de Silva e Aguiar (2013).

Os estudos realizados por Francio e Jordão (2014) apontam que as salas de recurso precisam estar funcionando em escolas do ensino regular que sejam inclusivas. Os autores defendem que a presença deste espaço viabiliza melhores condições para à inserção de alunos com deficiência nas mesmas turmas que os demais alunos que não apresentam demandas específicas de atendimento educacional. Ressaltam ainda que o serviço da sala de recurso deve ser disponibilizado para os alunos no horário oposto ao ensino regular, comum. A meta do atendimento consiste na complementação dos processos de aprendizagem conforme a necessidade específica do estudante. O ideal é que o atendimento educacional especializado oferecido pela sala de recurso ocorra na mesma escola do estudante, caso não seja possível em uma escola mais próxima da escola oficial.

Neste contexto, cabe a gestão escolar garantir o AEE a seus alunos com deficiência, bem como apoiar os professores do ensino comum e oferecer professor especializado como responsável pela articulação desta sala. Deste modo, os professores responsáveis por estas salas devem ser especialistas com uma habilitação e conhecimento amplo de modo a atender as diversas deficiências dos alunos atendidos. Resta saber se os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais ou específicas possuem formação e capacitação direcionada para o atendimento que irá oferecer? Segundo Francio e Jordão (2014) nem sempre os professores que assumem a função da sala de recursos possui uma formação diversificada para o ensino especial, fato que muitas vezes pode interferir e até impedir avanços significativos na aprendizagem dos alunos com deficiência e que tem direito ao atendimento educacional especializado.

O estudo de Paixão (2010) afirma que a preparação e formação adequada dos professores que atuam nesta sala é fundamental. O professor ao assumir a função na sala de recursos multifuncional precisa considerar as diferentes áreas do conhecimento e aspectos relacionados ao processo de aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento, bem como deve compreender a relação entre

pensamento e linguagem como sendo processos determinantes da aprendizagem. Além disto, precisa levar em consideração se as adequações irão limitar ou possibilitar ao sujeito com deficiência acessar os conteúdos relativos ao seu ano letivo. Considerando a importância do processo de formação continuada dos professores o Ministério da Educação viabiliza em parceria com a Universidade Aberta do Brasil cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização em áreas específicas. No entanto, a oferta existe mediante a demanda do Estado ou do Município para que o serviço seja viabilizado.

Para isto, os profissionais atuantes nas salas de recursos devem ter curso de graduação, pós graduação e ou formação continuada que o habilite a atuar na área da educação especial e ainda deve desenvolver conhecimentos acerca de comunicação aumentativa e alternativa, sistema *Braille*, orientação e mobilidade, ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos, atividades de vida diária, atividades cognitivas, aprofundamento e enriquecimento curricular, estimulação precoce, entre outros, a fim de promover o adequado atendimento de acordo com as necessidades dos alunos, cursos esses que poderiam ser ofertados por meio de incentivos e políticas públicas mais eficientes (PAIXÃO, 2010).

Assim como o próprio nome já diz, Kassir (2011) pondera que a Sala de Recurso Multifuncional exige também para o seu adequado funcionamento professores multifuncionais. Professores pró-ativos, com competência e habilidade de atuar e atender as diferentes deficiências. Para assumir esta função precisam ser capacitados. A formação dentro de uma perspectiva generalista e não restrita a uma área do desenvolvimento ou do atendimento. Sendo assim, os professores atuantes nestas salas devem receber formação inicial e continuada a fim de obter conhecimentos específicos para escolarizar os diferentes alunos ora referenciados.

Aliado a característica do perfil profissional, aos alunos que frequentam as salas, precisamos ressaltar que o serviço oferecido por essas salas devem ser realizados em um local com equipamentos e recursos pedagógicos específicos. Muitas vezes faz-se necessário o uso de equipamentos (computador, programas), mobiliários, programas de comunicação alternativa, tecnologia assistiva de baixo e alto custo, materiais didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade adequado as necessidades educacionais de cada

aluno, conforme ponderam os trabalhos de Barreto e Goulart (2008); Pletsch (2011).

Pletsch (2011) pondera que a sala de recurso não deve ser confundida como um reforço escolar. Não é um espaço para resolver tarefas e atividades da sala de aula comum, ou ainda, repetir os conteúdos estudados junto com a turma. As salas de recursos visa prestar um serviço voltado para a utilização de procedimentos específicos e alternativos que possam mediar e auxiliar os alunos a elaborar, organizar, armazenar, recuperar e utilizar a informação nas situações que a exigirem.

Todas as questões elencadas neste capítulo levam a necessidade de aprofundarmos no processo de formação do professor para atuar na educação especial. Assim sendo, ressaltamos que se pensarmos no professor multifuncional dificilmente teremos um curso que ofereça a diversidade de conteúdos necessários a esta formação. Diante disto, vamos verificar o que a literatura da área fala sobre o processo de formação do professor para atuar na sala generalista.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nas últimas décadas o tema inclusão vem sendo bastante discutido, dentro deste contexto tem se exigido uma educação de qualidade para todos que respeite as particularidades de cada aluno. Desta forma, tem sido enfatizada a importância da formação e preparação de professores que trabalham com alunos com Necessidades Educacionais Especializadas (SANT'ANA, 2005).

Seno (2008) pondera que muitos profissionais educadores não estão preparados para lidar com alunos especiais. A questão é será que apenas os professores que atuam com o ensino especial não estão preparados ou a universidade não está conseguindo cumprir sua função de preparar futuros educadores? Este questionamento decorre do fato de apenas uma parcela da população brasileira ser letrada, bem como os índices obtidos pelos nossos alunos nos testes de internacionais (PISA) e nacionais (ENEM). Portanto, quando falamos de formação do professor para atuar na educação especial,

queremos ressaltar que o processo de formação seja ela continuada ou não precisa ser repensado.

Cader-Nascimento (2004) pondera que a questão da falta de formação que pode decorrer de distintos vácuos seja ele de conteúdo, das emoções frente à diversidade de ritmos e tempos distintos no processo de aprendizagem, seja no domínio de estratégias e procedimentos diversificados para atender as demandas, falta de experiência em sala de aula, falta de informação, qualquer um deles acarreta prejuízos ao processo de ensino e, conseqüentemente, ao processo de aprendizagem.

Seno (2009) pondera que muitos professores não têm experiências formativas suficientes para lidar com as demandas singulares relacionadas as alterações biológicas, fisiológicas, cognitivas, comportamentais e emocionais fato que promove um desafio ao planejamento de uma intervenção mais pontual.

Portanto, a literatura da área evidencia a necessidade da formação específica para atuar com educação especial. Este aspecto está contemplado no Plano Nacional de Educação o qual enfatiza que para a criação de uma escola inclusiva é necessário a formação de recursos humanos. Neste sentido, destaca que:

A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação. Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente (BRASIL, 2000, p. 87)

Nota-se que a o Plano Nacional de Educação de 2000 é referendado pelo Plano Nacional de Educação de 2014, a garantia estabelecida por lei da necessidade do processo de formação de todos os profissionais que atuam na escola. Assim, quando alunos com deficiência efetuarem matrícula em escolas da rede de ensino regular, faz-se necessário a preparação de toda a equipe. Conforme Misseno e Carvalho (2005) destacam que todo o processo de acolhimento envolve aspectos referentes à formação de professores, uma vez que, para um adequado desenvolvimento de um trabalho pedagógico deve-se

levar em consideração o atendimento dos diversos alunos com as suas individualidades sendo consideradas e respeitadas.

No entanto, Tada *et. al* (2012) e Preti e Dias (2013) evidenciam que uma das maiores dificuldades que o processo de inclusão se depara é com a precariedade da formação de professores que lidam com alunos com DEFICIÊNCIA. Segundo estas autoras, muitos desses professores que atendem esses alunos não possuem nenhuma ou pouca preparação para desenvolver o trabalho. Este vazio na formação pode trazer prejuízos no processo de escolarização e inclusão desses alunos, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inadequadas.

Assim sendo, alguns autores destacam que a precariedade na formação de professores se deve a recente inserção da política educacional inclusiva no Brasil que data a partir do ano de 1996 por meio da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sendo mais fortalecida no ano de 2001 com a publicação das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica e em 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

No entanto, vale ressaltar que o problema da formação do professor não se restringe a educação especial, mas sim a todo o sistema de ensino que não está cumprindo com sua função de transmitir os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Assim, todas as políticas públicas voltadas para a formação dos professores na perspectiva da inclusão foram marcos que introduziram alunos especiais nas escolas do ensino regular. No entanto, por serem recentes muitos dos professores que já estavam em exercício profissional não tiveram a oportunidade no seu processo formativo de ter disciplinas curriculares que tratam do tema inclusão (VITALIANO; DALL'AAQUA, 2012).

Pode se afirmar que com a publicação das políticas foi que surgiu a necessidade da inserção de disciplinas que contemplem a educação especial na formação de professores de áreas específicas, como por exemplo: LIBRAS para todos os estudantes dos cursos de licenciatura. A meta é oferecer a estes formação inicial, e para aqueles que já estão em exercício profissional surgiu a necessidade da formação complementar e continuada, conforme destacam Caiado e MartinSantonio (2009).

A carência na formação dos profissionais da educação está sendo implementada por meio de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização oferecidos pelo MEC em parceria com as Secretarias de Educação Municipal, Estadual e Distrital e com a universidade Aberta do Brasil – UAB, criada para minimizar esta demanda reprimida.

O foco do processo de formação continuada precisa promover reflexões acerca dos pseudoconceitos em relação ao processo de aprendizagem na diversidade. Aliado a este aspecto faz-se necessário promover uma reflexão sobre a metodologia implementada no interior da sala de aula, pois muitas vezes uma adequação de recursos ou de estratégias para um aluno com deficiência pode facilitar para os demais uma melhor compreensão do conteúdo ministrado.

No entanto de acordo com San'tana (2005) a capacitação de professores para atuar na educação especial deve ir além da participação em cursos. Os professores precisam desenvolver a consciência do que estão fazendo, porque fazem, como fazem, ou seja, o professor precisa se apropriar do que está produzindo (o fracasso ou a excelência). Estamos defendendo aqui a tese de que é necessário que estes tenham uma reflexão e se conscientizem de que é necessário mudanças de práticas e crenças/ conceitos em relação ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos em sala de aula.

2.3 ENSINO ESPECIAL E CONTEÚDOS EDUCACIONAIS ESPECÍFICOS

O professor da educação especial é, antes de mais nada, um ser humano como outro qualquer. O fato de assumir uma função em sala de recurso multifuncional, não significa que necessariamente o profissional seja um “super-homem”, multifuncional uma vez que deve atender de forma singular cada um dos alunos considerados público-alvo da educação especial. Provavelmente, não temos e não teremos um profissional multitarefas, pois a diversidade é a característica mais marcante do desenvolvimento humano e, neste sentido, aprender a lidar com um aluno surdo não significa que terá habilidades e competências para todos os outros. Assim, as particularidades presentes no desenvolvimento humano em condições especiais precisam ser consideradas como a base de qualquer intervenção pedagógica.

Assim, ao falar de currículo complementar significa que a sala de recurso vai oferecer atividades diversificadas que promovam o desenvolvimento da autoconfiança, da autonomia e da iniciativa nos alunos. Neste sentido, considera-se como currículo complementar atividades como: desenvolvimento da habilidade de concentração, persistência, escrita cursiva, uso de recursos de tecnologia de baixo custo ou de alto custo na comunicação, transposição de um sistema escrito para outro, acesso ao português como segunda língua na sua modalidade escrita, orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma e social, enfim, atividades que visam proporcionar ao sujeito com deficiência uma consciência da sua condição e das suas possibilidades de desenvolvimento frente ao meio.

O atendimento do currículo complementar na maioria das vezes exige do professor o domínio de técnicas específicas, de estratégias didáticas pontuais. Resta saber se o professor estaria preparado para lidar com essas modalidades e oferecer uma educação de qualidade para seu aluno? Ou seria apenas um paliativo, a sala de recursos seria um espaço apenas para resolver os exercícios de casa? Ou para passar o tempo? São questões que pretendemos conhecer por meio da realização deste estudo.

Todos os aspectos elencados aqui, reforçam a perspectiva da necessidade de uma formação mais direcionada para atuar na educação especial. Talvez a perspectiva de formação de professores proposta por Fávero (2015) consiga viabilizar o processo de formação de forma mais contextualizada e pontual. A autora Maria Helena Fávero defende que a formação dos professores precisa ser realizada mediante grupos focais de estudo e de reflexão sobre a prática. Os professores precisam ser estimulados a conhecer seus alunos, a avaliação sua condição de aprendizagem, listar as demandas e elaborar atividades de intervenção que visem suprir as necessidades do aluno. Ao final deste trabalho de intervenção o professor deve realizar uma nova avaliação do desempenho visando compreender os pontos que o aluno avançou ou não com a intervenção. Talvez cursos que privilegiam esta perspectiva possam abrir trilhas no processo de formação continuada dos professores.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

- ✓ Conhecer o atendimento desenvolvido com alunos com deficiência no contexto da Sala de Recurso Multifuncional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Conhecer o perfil e a formação dos professores que atuam na Sala de Recurso Multifuncional.
- ✓ Descrever as características dos alunos que são atendidos na Sala de Recurso Multifuncional.
- ✓ Identificar os recursos disponíveis para a realização do Atendimento Educacional Especializado.

4 METODOLOGIA

4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

Entendendo a importância que a Sala de Recurso Multifuncional tem para auxiliar na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas e sendo o professor o articulador desse processo, este estudo propiciará uma reflexão sobre este trabalho. Visamos conhecer como esses profissionais atuam nesta modalidade de ensino de modo que atenda a todos, dando uma oportunidade de aprendizagem diversificada. Buscaremos investigar se o serviço é capaz de atender a todas as particularidades e oferecer um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Diante dos nossos objetivos o método a ser utilizado foi o qualitativo. A perspectiva qualitativa busca compreender como ocorrem os fenômenos estudados e quais são as relações estabelecidas entre estes fenômenos. As características básicas deste método são as representações de significações, pontos de vistas, percepções, vivências, experiências de vida que servem de dados a serem analisados, conforme propõe Nogueira-Martins; Bógus (2004).

Com este método é possível responder a questões relacionadas a algum problema e que são apresentadas às pessoas por escrito, na qual, o objeto da pesquisa envolve o esclarecimento dessas questões por meio de opiniões,

percepções, posicionamentos, preferências, crenças, expectativas, interesses, situações vivenciadas entre outros (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2012).

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

Os dados foram obtidos em uma escola da rede de pública de ensino do município de Arinos-MG. O município de Arinos possui três salas de Recurso Multifuncional, sendo que uma prioriza o atendimento da rede municipal dos anos iniciais do ensino fundamental, uma escola especial e outra que atende alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A sala escolhida foi a última, da rede estadual, por ter dois professores que fazem atendimento no contra-turno e atender alunos com demandas educacionais mais específicas.

A escola participante possui dez salas, seis banheiros, sendo somente um acessível, um refeitório e uma Sala de Recurso Multifuncional que funciona por enquanto em local improvisado. Há pouco tempo a escola foi ampliada e reformada, mas ainda não está totalmente dentro dos padrões de acessibilidade, previstos na legislação brasileira e regido pelas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui somente um banheiro acessível com corrimão e porta larga. Necessita ainda construir rampas e piso tátil, também não tem sinalização nem corrimão nos espaços abertos da instituição.

Em relação aos recursos humanos a escola em questão tem em seu quadro 62 funcionários no qual 42 deles são professores, sendo 2 na Sala Recurso e mais 2 na função de apoio para alunos cadeirantes e 3 coordenadores (supervisores). Além disso possui 5 Assistentes Técnicos da Educação Básica (ATBs), 10 Auxiliar de Serviço da Educação Básica (ASPs), 1 diretor e 1 vice diretor.

Todos os anos são oferecidos cursos de capacitação para os professores da Sala de Recurso.

A escola foi fundada em 1984 e a sala de recursos multifuncional foi criada no ano de 2012. A escola atende 610 alunos sem Necessidade Educacional Específica e 11 alunos com Necessidade Educacional Específica, entre eles:

alunos cadeirantes com deficiência intelectual, com baixa visão, deficiente físico e alunos com transtornos como o TDAH.

Essa sala recebe alunos da própria escola assim como alunos advindos de outras escolas, onde todos esses alunos são atendidos em grupos ou individualmente, dependendo do tipo de deficiência que apresentam. Esse atendimento é feito contra-turno de duas a três vezes por semana em um período de 1h a 1:30h.

4.3 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo duas professoras atuantes em uma sala de recurso multifuncional. As participantes foram identificadas aqui pela letra “P” referente a professor seguido da sequência dos números 1 e 2, assim, temos uma participante P1 e a outra P2. As características das participantes constam no Quadro 1.

Quadro 1. Perfil das participantes deste estudo

Sujeito	Idade	Sexo	Exp. E.E.	Exp. E	AEE	Formação	Curso de aperfeiç.
P1	41	F	8	11	Não	Normal Superior. Pós-graduação em Libras e Educação Especial e inclusiva.	LIBRAS, Deficiência Visual.
P2	42	F	5	10	Sim	Pedagogia. Pós- graduação em LIBRAS.	Cursos específicos em educ. especial

Nota-se no quadro 1 que ambas as participantes são do sexo feminino, possuem mais de cinco anos experiência na educação regular e na educação especial, estão na mesma faixa etária, ambas possuem graduação e pós-graduação, possuem formação na área específica de atendimento ao aluno surdo e, apenas P2 realizou o curso de formação do Atendimento Educacional

Especializado, curso do programa de formação continuada do Ministério da Educação, voltado para o atendimento em sala de recurso generalista ou específica.

Ao serem questionadas sobre os cursos específicos na área de inclusão e cursos de formação em educação especial as professoras deixaram as alternativas em branco. Não se manifestaram quanto a cursos na área de braille, sorobã, deficiência intelectual, deficiência múltipla, tgd, deficiência visual, nem comentaram se possuem ou não o certificado do pro-libras. No entanto o que se observa é que as professoras não fizeram cursos específicos nessas áreas mas fizeram cursos de noções básicas que contemplavam poucas horas das disciplinas mencionadas acima.

Uma das professoras que está na função do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recurso começou a atuar nessa sala no mesmo ano de criação dessa, ou seja em 2012, e a outra começou no ano de 2014, no entanto esta já possuía tempo de experiência por ter atuado em uma escola de educação especial.

4.4 MATERIAIS

Os materiais utilizados neste estudo foram os básicos de escritório como papel A4, caneta, caderno de campo para realizar anotações. Os equipamentos consistiram no computador e impressora.

4.5- INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semi-estruturado destinado aos professores, um roteiro de observação e um roteiro de entrevista para se obter informações do local da pesquisa como instrumentos para a consecução dos objetivos.

Acreditamos que estes instrumentos constituem um meio viável para obter as informações necessárias aos objetivos que pretendemos discutir nesse estudo. Assim, o questionário destinado aos professores (Apêndice A) contém em sua primeira parte a identificação dos sujeitos, seguido de questões abertas que possibilitaram aos professores relatarmos sobre o seu processo de formação profissional e sua prática pedagógica na Sala de Recurso Multifuncional. Aliado a estas informações deixamos uma questão em aberto para que o participante possa refletir sobre sua formação e seu exercício profissional e os fatores que o motivam a realizar e a continuar desenvolvendo este trabalho.

O roteiro de entrevista (Apêndice B) refere-se ao levantamento de dados sobre a fundação da escola, o momento da criação da sala de recursos, a seleção dos professores para atuarem nessa sala, a regularização da sala, quantos professores a escola possui, quantos funcionários.

E o roteiro de observação da escola (Apêndice C) visa elucidar se a mesma possui estrutura para receber alunos com deficiências e necessidades específicas.

4.6- PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Primeiramente foi realizada uma visita a escola, momento em que entregamos a carta de apresentação do programa de pós-graduação da UAB e realizamos a exposição do projeto de pesquisa, dos objetivos e procedimentos. Em seguida, explicamos sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) como sendo pré-requisito para a realização da pesquisa na instituição, bem como a assinatura dos mesmos. Posteriormente, foi agendada a data da entrevista com a direção da escola ou o funcionário indicado pela direção para obter dados referentes a instituição (roteiro de entrevista, Apêndice 2), bem como agendamos com cada professora da sala de recurso onde ocorrerá a coleta dos dados que teve como instrumento o questionário.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram organizados em quadros, sendo que cada quadro corresponde a uma pergunta seguida das respostas obtidas com as participantes. Após a descrição dos dados, realizamos uma discussão dos mesmos com base na literatura da área.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise sequencial serão analisados e interpretados os dados, tomando como referência às respostas da entrevista estruturada. Esta foi realizada com dois professores atuantes em uma Sala de Recurso. Os entrevistados foram caracterizados de acordo com a letra P referente a “professor” seguido de uma numeração. Primeiramente foi feito uma análise do perfil das participantes cujos dados encontram-se no Quadro 1.

Quadro 2 – Demandas mais atendidas na sala de recursos multifuncional

Quais são os tipos de demandas (deficiências) mais atendidas na sala de recurso que você atua?	
P1	<i>“A demanda mais atendida é deficiência intelectual num total de 12 alunos e um que apresenta Distúrbio do processamento auditivo”</i>
P2	<i>“Na sala em que atuo as deficiências mais atendidas são deficiência intelectual, dois casos desses são deficiência múltiplas, pois os alunos apresentam também deficiência física. Na maioria das vezes os alunos não apresentam desenvolvimento na aprendizagem e quando passam pela triagem são diagnosticados com deficiência intelectual e vem para o atendimento a fim de minimizar essas atividades”</i>

Fonte: protocolo de registro dos dados

Nota-se nos dados apresentados que a demanda por atendimento está vinculada a deficiência intelectual, uma vez que “não apresentam desenvolvimento na aprendizagem...” Verifica-se na fala da P2 que a justificativa da não aprendizagem reside no aluno, mais uma vez o fracasso com uma única via de explicação. A culpa está no aluno, nunca no professor, na metodologia, na didática, nos recursos utilizados ou no contexto mais amplo do aluno.

Após identificar quais os tipos de deficiências atendidas levantou-se a seguinte questão: Quais os desafios que os professores enfrentam no desenvolvimento do trabalho na Sala Recurso? Obteve-se as respostas aludidas abaixo no Quadro 03

Quadro 03- Desafios presentes na sala de recursos

Quais os desafios que os professores enfrentam no desenvolvimento do trabalho na Sala Recurso?	
P1	<i>“As maiores dificuldades que encontro para desenvolver um bom trabalho são: Pouco espaço físico, falta de materiais, os recursos pedagógicos são poucos, a maioria deles foram confeccionados por nós professores da sala de recurso e o compromisso por parte de algumas famílias em ajudar seus filhos manter a assiduidade aos atendimentos”</i>
P2	<i>“O desafio maior para a oferta do atendimento especializado é atender a todos os tipos de deficiência sem ter o apoio de uma equipe pedagógica multidisciplinar para avaliar as necessidades educacionais especiais dos alunos, a outra é que os professores devem ter um amplo conhecimento na área para atender a cada deficiência.”</i>

Fonte: protocolo de registro dos dados

A implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva em 2008 determinou uma série de orientações entre elas o Atendimento Educacional Especializado nos sistemas de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo estes considerados alvos da citada política (SOUSA; SILVA, 2013).

Para os devidos fins a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação define esses alunos citados acima como:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Nesse contexto, para garantir a inclusão de fato desses alunos nas escolas regulares e assegurar a eles uma educação de qualidade foi implantado o Atendimento Educacional Especializado que deve ser realizado em locais específicos como nas Salas de Recurso Multifuncional. Essas salas são destinadas a atender esses alunos com as suas necessidades específicas e para isso devem ser organizadas e adequadas para tal finalidade. Dessa forma, as políticas públicas propõe ações que visam assegurar o atendimento de qualidade nessas salas de modo a atingir todas as demandas. No entanto, as professoras denunciam a falta de espaço, ausência de material específico, de apoio de uma equipe de profissionais que possam supervisionar e orientar os atendimentos. Portanto, o que está previsto na lei, como salas com mobiliário e equipamentos adaptados, matérias didáticos diversos, recursos pedagógicos, condições de infraestrutura adequadas, bem como professores capacitados para atuar na educação especial e lidar com esses alunos nas suas diversas especificidades encontram-se no papel e não efetivamente na prática (MILANESI, 2012; CERON, 2012).

O que se observa por meio da entrevista é que a sala de recurso pesquisada não está estruturada para receber esses alunos o que pode interferir no processo de ensino e, conseqüentemente, na aprendizagem destes.

Este dado corrobora com o estudo de Tessaro et al (2005) segundo o qual muitas escolas que atendem alunos com deficiência apresentam falta de estrutura e investimentos para atender esses tipos de alunos, os resultados revelam: barreiras físicas que dificultam o acesso às dependências das escolas, espaço físico inadequado, salas de recursos superlotadas.

Essa falta de recursos econômicos enfrentados pelas classes especiais, principalmente de escolas públicas decaí para outra dificuldade encontrada pelos professores que é a falta de recursos materiais necessários para as ações pedagógicas, o que se torna uma queixa muito comum feita pelos professores atuantes nessa área. No entanto como afirma Leite e Aranha (2005), os professores não devem depositar muita importância ao recurso material e deve

sim utilizar da melhor maneira os recursos existentes e valorizar mais os objetivos que se deseja alcançar no aprendizado desses alunos.

Segundo Braun e Viana (2011) às vezes há oferta de recursos materiais, no entanto os professores não aprenderam a utilizar todos os recursos disponíveis, sendo os materiais muitas vezes sucateados pelo tempo.

Outra questão abordada por uma das professoras que prejudica o atendimento a esses alunos foi a falta de participação da família. Essa falta de participação da família é justificada no estudo de Braun e Viana (2011) pelas dificuldades que a família enfrenta em deixar os alunos na escola em um turno contrário para ter o atendimento nas salas de recurso porque muitas vezes as pessoas da família trabalham e não conseguem deixar os alunos na escola nesses horários específicos para serem atendidos, já que esses dependem da tutela da família para se locomoverem.

Segundo Ceron (2012), uma relação eficaz entre escola e família é fundamental para o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, a família precisa assumir junto ao professor responsabilidades quanto à escolarização do aluno devendo acompanhar as tarefas escolares, cobrar dos filhos assiduidade e frequência tanto na classe comum quanto na SEM, auxiliar na organização do material escolar, participar de reuniões, incentivar o filho a cumprir as obrigações escolares, entre outras. Pois é só por meio dessa relação de ajuda mútua que é possível alcançar o sucesso na educação especial.

Uma das professoras relatou que sente a necessidade de buscar informações sobre esses alunos com outros profissionais para superar as dificuldades enfrentadas entre eles pode-se citar: outros professores, pedagogos, gestores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, assistente social, fonoaudiólogos, entre outros.

A ênfase nas dificuldades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas específicas não deve se concentrar somente no aluno, nem tão pouco no professor, mas no contexto no qual se produz a aprendizagem, isso deve ser analisado além dos recursos disponíveis, deve se destacar também o funcionamento da escola. Como são as condições de trabalho do professor? As políticas públicas têm sido alcançadas de modo a prover as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho desse profissional? Nesse

sentido a escola consegue dar resposta educativa capaz de transpor essas barreiras que dificultam e/ou impedem que esses alunos tenham um ensino de qualidade e eficaz?

Posteriormente os entrevistados foram indagados a respeito do processo de formação. A este respeito o Quadro 4 apresenta os dados obtidos.

Quadro 4 – Formação profissional

Na sua opinião, o professor da Sala de Recurso Multifuncional tem formação para atender as demandas?	
Sujeito	Respostas
P1	<i>“Sou pós graduada em Educação Especial e inclusiva, pós graduada em LIBRAS, fiz dois cursos básicos em LIBRAS e um curso básico de Deficiência visual, trabalho também na APAE, onde adquiri muita experiência, porém reconheço que preciso estar sempre estudando para atender todas as demandas da melhor forma possível”.</i>
P2	<i>“Na minha opinião o professor não está ou não se sente preparado para atender a todas as demandas, porque por mais que ele tenha formação específica por exemplo “educação especial” ele não está apto ou não tem conhecimento amplo para lidar com todas as deficiências ao mesmo tempo, essa capacidade ele só terá se estiver em processo de educação continuada, sempre aprendendo e buscando coisas novas para desenvolver bem o seu trabalho”.</i>

Fonte: protocolo de registro dos dados

As professoras entrevistadas possuem curso de formação na área de educação especial e cursos básicos de capacitação em áreas específicas do conhecimento que abordam a diversidade e a inclusão escolar.

O professor da Sala de recurso Multifuncional para atuar nesse ambiente também deve ser multifuncional, ou seja, deve ser capaz de atender com qualidade as diversas demandas (deficiências) direcionadas a essas salas.

No entanto a realidade que acontece é que muitas vezes os professores dessas salas não estão preparados para atender tais demandas, e isso se deve ao pouco preparo dos docentes para lidar com as especificidades de cada

deficiência, suas limitações, causas e principalmente como desenvolver o trabalho com esse tipo de aluno (SILVA; FRIGHETTO, 2013).

O professor atuante nessas salas precisam prover maneiras para trilhar o caminho que é necessário para promover o aprendizado e desenvolvimento dos alunos nas diversas especificidades. Dessa forma, a atuação nessa área exigem diversas ações por parte dos professores que são: o domínio de Libras, de Braille, de técnicas de ensino ou de elaboração de materiais. Nesse contexto, vem a tona novamente a questão da formação do professor, que deve sempre buscar maneiras de aprimorar o fazer pedagógico (BRAUN; VIANNA, 2011). Levando em conta que a importância da formação dos professores que atuam na Sala de Recurso, buscou-se identificar se existe algum apoio em relação ao processo de formação desses professores:

Quadro 5 – Formação em Educação Especial

É oferecido ao professor meios de aprimorar seus conhecimentos na área da Educação Especial? Se sim quais?	
Sujeito	Resposta
P1	<i>“Este é o terceiro ano que trabalho com Sala Recurso e fiz dois cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, um curso de LIBRAS em 2013 e um curso de deficiência visual em 2014”.</i>
P2	<i>“Sim, porém é muito demorado, ou seja, as vezes é um curso que aparece uma vez no ano ou passa mais de ano sem acontecer e quando acontece o tempo é insuficiente para aprender todo o conteúdo. Deve se lembrar que todo o ano a escola recebe outros alunos e novas demandas e o professor deve estar atualizado”</i>

Fonte: protocolo de registro dos dados

Atualmente muitos professores atuantes na educação especial se sentem despreparados e enfrentam muitas dificuldades em atuar com esses alunos. Dessa forma, os professores devem sempre estar em busca de aprendizado para que possam oferecer uma educação de qualidade a esses alunos (TESSARO et al., 2005).

Tessaro e colaboradores (2005) ressaltam que o despreparo dos professores é uma das maiores dificuldades para efetiva inclusão de alunos com deficiências na escola. Sendo assim, a inclusão exige professores capacitados em relação às necessidades que envolvem alunos com necessidades especiais,

bem como a exigências de políticas que subsidiam as práticas e princípios necessários para o processo de inclusão desses alunos.

No Brasil, as políticas públicas ainda pouco priorizam o oferecimento de cursos (treinamento) para todos os professores da unidade escolar que lidam com esses alunos, o que acontece é que esses treinamentos apenas são priorizados em algumas situações para professores que atuam nas salas de recurso. Além disso, poucos são os professores e gestores que sabem da existência desses cursos de formação continuada oferecidos pelas secretarias de educação especial (SILVA; FRIGHETTO; SANTOS, 2013; PLETSCHE, 2011).

Segundo Milanese (2012), há oferta de cursos voltados para a área da educação especial oferecidos pelo governo, ministério da educação que tem como objetivos formar professores e gestores que atuam nos sistemas estaduais e municipais, esses cursos são oferecidos por meio das seguintes modalidades: a distância, cursos de especialização, extensão ou aperfeiçoamento, pós graduação, entre outros onde esses cursos tem como características uma formação ampla e oferecem uma diversidade de materiais.

Além de cursos oferecidos pelas secretarias de educação, há oferecimentos de cursos a distância promovidos pelo governo de modo a qualificar os professores para atuar no AEE e ainda há dados na literatura de oferecimento de materiais educativos distribuídos aos professores por estas, que tem como finalidade servir de base para formação do docente, orientando e propondo maneiras para melhor lidar com as diversas modalidades de deficiências (BRAUN; VIANA, 2011; GARCIA, 2013).

Essa formação permanente dos professores que atuam na educação especial é importante, pois ela assegura a busca de conhecimentos e formulações de novas práticas pedagógicas que dão suporte ao ensino especial de qualidade assegurando assim a inclusão do portador de deficiência (VITTA; SILVA; MORAES, 2004).

A próxima questão abordada foi como é o entendimento desses professores sobre a função da sala de recurso por meio da seguinte pergunta:

Quadro 6 – Papel da sala de recursos

Qual o papel da Sala de Recurso?

Sujeito	Resposta
P1	<i>Nessa sala é ofertado atendimento de modo a suprir as necessidades do aluno, potencializando suas capacidades e principalmente promovendo o seu desenvolvimento por meio de recursos e serviços. O atendimento na SEM deve abordar questões pedagógicas diferenciadas a fim de atender as especificidades dos alunos alvos da educação especial”</i>
P2	<i>“Na sala de recurso os professores identificam habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos assistidos por ela, produz materiais didáticos e materiais necessários para o atendimento, estabelece articulações com os demais professores da escola”</i>

Fonte: protocolo de registro dos dados

As salas de recursos possuem a função de oferecer um apoio educacional aos alunos com necessidade educacionais especiais para que estes se desenvolvam e permaneça na sala de aula comum obtendo assim sucesso na sua carreira escolar (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Os professores dessas salas de recursos tem como papel realizar a complementação na formação desses alunos, de modo a eliminar suas dificuldades e facilitar o seu ensino-aprendizagem, essa complementação se dá por meio da utilização de procedimentos, equipamentos e materiais específicos (KASSAR; RABELO, 2011; MILANESE, 2012).

Uma das professoras entrevistadas ressaltou que uma das funções da sala de recursos e dos professores atuantes nessa sala é promover a articulação com os demais professores da escola.

Milaneze (2012, p.38) em seu trabalho dissertou sobre a importância dessa articulação:

Para que os objetivos específicos relacionados ao ensino sejam cumpridos, é necessário que professores do ensino comum e da Educação Especial se envolvam, compartilhando um trabalho colaborativo e interdisciplinar, de modo a consolidar a articulação entre os mesmos. Vale ressaltar que, seguindo as recomendações oficiais, as frentes de trabalhos de ambos os professores são distintas, cabendo ao professor do ensino comum o ensino das áreas do conhecimento, e, ao professor que prestará o AEE complementar e

suplementar ao aluno, proporcionar recursos específicos e conhecimentos que auxiliem na eliminação de barreiras a sua participação nas turmas do ensino regular

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo-se que a proposta de formação prepara o professor para perceber a singularidade de cada aluno e que o habilita a atuar frente a eles viabilizando a construção coletiva do conhecimento em torno de práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas na realidade do aprendiz, compete a gestão escolar implementar ações que garantam a formação desses profissionais envolvidos direta ou indiretamente na Sala de Recurso Multifuncional com proposta de que sejam realizadas ações de realizam fundamentadas em metodologias ativas de aprendizagem.

Essas propostas requerem uma mudança de atitude do docente permitindo uma flexibilidade diante dos conhecimentos que estão sendo construídos. Deve se respeitar as diferentes formas e procedimentos de organização desse conhecimento socializando práticas e fazendo delas um objeto de estudo e pesquisa para possíveis discussões e transformações de uma prática antes improdutiva.

Práticas e metodologias transformadoras devem se ajustar ao máximo as necessidades específicas considerando que a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas é cada vez mais uma realidade nas escolas e que vem a evidenciar a diversidade no contexto escolar. Dessa forma é preciso focar no aluno, entender que ele é capaz de aprender. É importante lembrar sempre que o foco do trabalho deve ser o aluno e não a sua deficiência e que a participação da família é fundamental nesse processo, sendo assim, as práticas devem ser articuladas com a família, só assim criando possibilidades, criando e disponibilizando recursos, articulando parcerias e habilitando profissional para trabalhar neste contexto o acesso ao conhecimento será concretizado e abrangente a todos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lúcia Cristina Dalago; GOULART, Áurea Maria Paes Leme. Educação geral ou especial? Um foco na sala de recursos. **Educação em Revista**, Marília, v.9,n.2, p. 93-112, jul.-dez. 2008.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. CEB/CNE. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação . Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. **PLETSCH, MD; DAMASCENO. A.(orgs.). Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Editora EDUR, Seropédica/RJ, 2011.**

CADER-NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah Abdel; COSTA, Maria da Piedade Resende da. A preparação do professor para atuação na área de surdocegueira. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C. de A. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EDUFSCar, 2004, p. 63-67.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MARTINS, L. de S.; ANTONIO, Nicole Dragone Rosseto. A educação especial em escolas regulares: tramas e dramas do cotidiano escolar. **Rev. Dialogo Educ**, p. 621-632, 2009.

CERON, Kátia Regina. **O papel da sala de recursos multifuncionais no auxílio de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino fundamental**. 2012. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Orientadora: Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira-PR, 2012.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.

FRANCIO, Jacinta Salete Saggiorato; JORDÃO, Taciana Balth. A Sala de Recursos Multifuncional como meio contribuinte a educação inclusiva no município de sinop: do discurso às práticas pedagógicas. **FIGEEA - Revista Internacional em Ciências da Educação**, v. 2, n. 2, p. 09-29, 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. O "especial" na educação, o atendimento especializado e a educação especial. **SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**, v. 4, 2011.

LACERDA, Cristina B. F. de; POLETTI, Juliana Esteves. A escola inclusiva para surdos: A situação singular do intérprete de Língua de Sinais. In: Anais da 27 reunião anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2004. pp.1-15

LEITE, Lucia Pereira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Intervenção reflexiva: instrumento de formação continuada do educador especial. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 207-215, 2005.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. **Brasília: Ministério da Educação**, v. 1, 2010.

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial?. **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. 2012. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MISSENO, Edna; CARVALHO, Rose Mary Almas de. Curso de língua brasileira de sinais – libras on-line: relato de uma experiência. **Colabor@ - Revista Digital da CVA - Ricesu**, Volume 3, Número 9, Julho de 2005.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004.

PAIXÃO, Leonice Vieira de Jesus. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para atendimento educacional especializado – a implantação no município de Montes Claros. **Anais do 1º Congresso Regional de Educação – IX Semana**

da Educação Inclusão Como Projeto Cultural e Educativo – Campus de Pirapora – Pirapora/MG - novembro/2010.

PLETSCH, Márcia Denise. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). **Revista Teias** v. 12 • n. 24 • p. 39-55 • jan./abr. 2011.

PRETI, Jéssica; DIAS, Patrícia Jovino de Oliveria. Formação de professores do Atendimento Educacional Especializado: Uma análise dos dados do município de Londrina no ano de 2011. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 05 a 07 de novembro de 2013.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SENO, Marília Piazzzi. A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília. **Revista Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 376-387, 2009.

SILVA, Zinaides Maria de Santana; AGUIAR, Gersileide Paulino de. A sala de recurso e a relação com o desenvolvimento da aprendizagem em crianças com déficit de aprendizagem. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**. Ago 2013, n.º 10, Vol – 2, p. 48 – 54.

SILVA, Ezequiel Francisco da; FRIGHETTO, Alexandra Magalhães; SANTOS, Juliano Ciebre dos. Uma Reflexão Sobre o Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência na Escola Estadual Vinícius de Moraes. **Nativa-Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, v. 1, n. 2, 2013.

SOUZA, Thamires Oliveira de; SOARES, Marcia Torres Neri. O professor de língua portuguesa e a sala de recursos: pensando a inclusão do estudante surdo coletivamente. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão- SE/ Brasil 20 a 22 de Setembro de 2012.

SOUZA, Cleônia Maria Mendes de; SILVA, Maria Ivanice da. O Atendimento Educacional Especializado do centro da organização Papel Marchê de Campina Grande/PB. VI Jornada Internacional de Política Públicas. São Luis/Maranhão, 2013.

TADA, Iracema Neno Cecilio et al., Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Jan-Mar 2012, Vol. 28 n. 1, pp. 65-69.


TESSARO, Nilza Sanches et al. INCLUSÃO ESCOLAR: VISÃO DE ALUNOS SEM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS INCLUSÃO ESCOLAR. **Psicologia escolar e Educacional**, v. 9, n. 1, p. 105-115, 2005.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Karen Prado Lyra; MORAES, M. C. A. F. Conceito sobre a educação da criança deficiente, de acordo com professores de educação infantil da cidade de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 1, p. 43-48, 2004.

VITALIANO, Celia Regina; DALL'AAQUA, Maria Julia. Análise das Diretrizes Curriculares dos Cursos de licenciatura em Relação à Formação de Professores para Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais. **Revista Teias**, v. 13, n. 27, p. 19 pgs., 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

	Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar
<p>Prezado Participante, você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL.”, cujo objetivo geral é conhecer o atendimento desenvolvido com alunos com necessidades educacionais específicas no contexto da Sala de Recurso Multifuncional. Agradecemos, antecipadamente, sua participação e evidenciamos que manteremos o sigilo em relação aos seus dados pessoais e ao local do seu trabalho.</p> <p>Gratidão</p> <p><i>Solange Pereira dos Santos Valadares e Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento</i> (orientadora).</p>	

1) Identificação do Professor:

Idade: _____

Profissão e função: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

2) Grau de Escolaridade:

() Ensino Fundamental (completo ou incompleto)

() Ensino Médio (completo ou incompleto)

() Ensino Superior (completo ou incompleto) _____

() Especialização _____

() Mestrado _____

3) Tempo de atuação na educação: _____

4) Tempo de atuação na educação com alunos especiais: _____

6) Cursos de formação em educação especial: Sim () Não () Em processo () Se sim, qual? _____

7) Cursos específicos na área de inclusão: Sim () Não () Em processo () Se sim, qual? _____

8) Curso de Atendimento Educacional Especializado – AEE:

Sim () Não () Em processo ()

9) Você tem alunos com deficiência na sua sala de aula: () sim () não

10) Se sim, qual a deficiência? _____

1- Na sua opinião, quais desafios que o professor enfrenta no desenvolvimento do seu trabalho na Sala de Recurso ?

2- Quais os tipos de demandas (deficiência) mais atendidas na sala de recurso que você atua?

3- Na sua opinião, o professor tem formação para atender todas elas ?

4- É oferecido ao professor meio de aprimorar seus conhecimentos na área da Educação Especial? Se sim, quais? O que você pensa sobre essas possibilidades de formação?

5- Na sua opinião, como deveria ser o atendimento na sala de recursos?

6- Na sua opinião, as salas de recursos multifuncionais possuem recursos adequados que atendam os diversos tipos de deficiências?

7- Sua escola recebeu algum material, recurso para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Se sim, quais?

8- Na sua opinião, os professores apresentam habilidades (treinamento) para lidar com tais recursos?

9- Quais dificuldades o professor enfrenta no desenvolvimento do seu trabalho na Sala de Recurso ?

10-Quais tipos demandas (deficiência) mais atendidas ?

11-O professor tem formação para atender todas elas ?

12-É oferecido ao professor meio de aprimorar seus conhecimentos na área da Educação Especial?

- 13-Essas salas possuem recursos adequados que atendam os diversos tipos de deficiências ?
- 14-Os professores apresentam habilidades (treinamento) para lidar com tais recursos?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual é o quadro de funcionários da escola?
- 2) Quantas professoras atuam na SRM?
- 3) Qual o ano de fundação da escola?
- 4) Quando foi criada a SRM?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

- 1) A escola é adaptada para alunos deficientes?
- 2) Tem corrimão, banheiros adaptados, piso tátil?
- 3) Como é o espaço físico da SRM?
- 4) Quais recursos a escola apresenta? São suficientes para as demandas?

ANEXOS

ANEXO 1- Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPD
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Buritis - MG

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) INSERIR O NOME DA INSTITUIÇÃO QUE FARÁ A PESQUISA

Instituição: INSERIR O NOME DA ESCOLA

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a a cursista pós-graduando(a) **Solange Pereira Dos Santos Valadares** que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre **“PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL”** cujas estratégias metodológicas envolverão o preenchimento de um questionário com questões objetivas e subjetivas pelos professores da sua instituição, bem como iremos realizar um levantamento da infra-estrutura da instituição em relação ao número total de alunos, ao número de alunos com necessidades especiais, número total de professores, funcionários administrativos e serviços gerais.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

INSERIR O NOME DO TUTOR PRESENCIAL

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO 2- TCLE



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Eu, _____, sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “_____”. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de um questionário com questões abertas (subjetivas) e fechadas (objetivas), o mesmo será aplicado por meio de uma entrevista em dia, local e horário que você tenha disponibilidade, caso concorde em participar. Ressaltamos que sua participação será apenas na entrevista, que ocupará em torno de 15 a 20 minutos do seu tempo. Caso não queira responder alguma pergunta, poderá deixá-la em branco.

Esclareço que a sua participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como o preenchimento deste termo e do questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço sua atenção e colaboração. Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor:

E-mail(opcional):